



**NORMANDO  
RODRIGUES**  
Advogados

SEDE - RIARRO25425  
Av. Pres. Vargas, 502/20 andar  
Tel.: 2234794 (021)  
FAX: 2230727  
TELEX: 2139516

Delegacia Sindical de Macaé  
Rua Tenente Rui Lopes, 257 -  
Centro - Macaé - RJ-CEP 26760  
Tel: 422075 (0247)  
FAX: 422770  
Telex: 247295

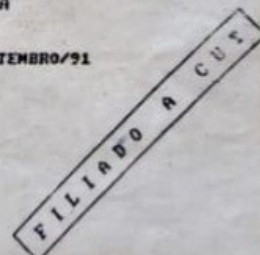
Delegacia Sindical de Campos  
Praça São Salvador, 41/6 andar  
Centro - Campos - RJ-CEP 26100  
Tel: 234740 (0247)  
Telex: 247071

## Cartilha para a GREVE



PROCEDIMENTOS E COMPORTAMENTOS  
PARA A PARADA TÉCNICA

SETEMBRO/91



Cartilha de Greve do movimento de 1991

# CARTILHA DE GREVE

## 1. DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL

**1.1.** Sem efetiva garantia do Direito de Greve, a Liberdade Sindical é manietada, e a Negociação Coletiva torna-se uma farsa. Isso não quer dizer que a Greve tenha que se fazer presente em todas as negociações coletivas; ao contrário, a mera possibilidade da greve, muitas vezes, é garantia de eficácia negocial.

**1.2.** Negar a amplitude e importância da Greve, para o desenvolvimento histórico e social, é negar o compromisso que nossa sociedade estabeleceu com a justiça social.

## 2. PREJUÍZO À PRODUÇÃO

**2.1.** Como o Direito de Greve é a única forma de equilibrar minimamente a relação capital x trabalho, é utilizado pelos organismos internacionais como um dos critérios básicos de realização do Regime Democrático.

## ONDE NÃO HÁ DIREITO DE GREVE, NÃO HÁ DEMOCRACIA.

**2.2.** Se a Greve é admitida juridicamente como Direito, o prejuízo que ela impõe ao empregador é legítimo e natural. Daí porque, mesmo nas Greves julgadas abusivas, jamais os Sindicatos são responsabilizados pelo prejuízo econômico. Ele se insere nos riscos da atividade empresarial, que são do proprietário da Empresa, e não dos trabalhadores.

**2.3.** Mas existem limites jurídicos ao movimento grevista, e são divididos em dois grandes ramos: os externos e os internos à greve.



(21) 2292-4469



contato@nrodrigues.adv.br

Macaé:  
Rua Ten. Rui Lopes  
Ribeiro, nº 173, Centro

Rio de Janeiro  
Av. Alm. Barroso,  
nº 22, 21º andar, Centro

Brasília:  
SAUS, Qd 4, Bloco A, Ed. Victoria  
Office Tower, 1011, Asa Sul

### **3. LIMITES DA GREVE – DIREITOS E PRODUÇÃO**

**3.1.** Os limites externos são os resultantes do confronto do Direito de Greve com outros constitucionalmente protegidos. É importante não confundir o reconhecimento de tais limites com habituais baboseiras reproduzidas pelo empresariado, tais como “o direito de greve não é absoluto”, ou “o seu direito de fazer greve acaba onde começa o meu direito de ir e vir”.

**3.2.** A Greve não pode ser simplesmente excluída por outros direitos fundamentais, como, por exemplo, o “direito de ir e vir” da minoria democraticamente vencida numa assembleia.

**3.3.** Os direitos em conflito devem ser ponderados e relativizados entre si. Ante a propriedade, o Direito de Greve deve se articular com a função social da propriedade, o que torna legítimo o prejuízo à produção (resultado), embora não à produtividade (capacidade de produzir, após cessado o movimento).

**3.4.** Na verdade, o que ocorre aqui é uma superposição dos direitos em conflito. Isso significa, por exemplo, que o confronto do Direito de Greve com o Direito de Propriedade será definido de acordo com as características e finalidade social de cada um, considerando-se todos os aspectos de cada problema, caso a caso.

**3.5.** Logo, não há uma regra pré-estabelecida que garanta o Direito de Livre Trânsito (o famoso Direito de Ir e Vir), em prejuízo do Direito de Greve, por exemplo. Cada caso deve ser analisado separadamente, de acordo com as circunstâncias e importância social de cada direito em confronto. Por exemplo:

- Uma greve que detenha todo o trânsito em uma rodovia, e bloqueio veículos de socorro, de atendimento à saúde, e outros tais como esses, será abusiva;

- Já impedir que um fura-greve entre no trabalho, após deliberação democrática em assembleia, não é um impedimento ao Direito de Ir e Vir, mas a sobreposição de um direito coletivo (Greve), a um individual (Entrar no trabalho, e não transitar, abstratamente).

**3.6. O tradicional “piquete de convencimento” é perfeitamente legal como forma de divulgar o movimento e compelir os trabalhadores a acatar a deliberação soberana da assembleia que aprovou a Greve.**

**3.7.** Da mesma maneira a produção deve ser parcialmente mantida, se necessária à sobrevivência, saúde e segurança da população. Mas isso não por deliberação individual dos trabalhadores que estejam prestando serviços, e sim mediante Acordo Coletivo de Trabalho de Greve, entre Sindicato e Empresa, conforme prevê a Lei de Greve (7.783/89).

#### **4. LIMITES DA GREVE - PRODUTIVIDADE**

**4.1.** Já os limites internos dizem respeito à funcionalidade da greve. Pela Lei de Greve (7.783/89), deverão ser preservadas tanto a capacidade de retomada das atividades normais pelo empregador, após o movimento (produtividade) quanto as necessidades inadiáveis da população.

**4.2.** Atenção para o real significado das expressões “necessidades” e “inadiáveis”, bastante diverso da risível “lógica de fábrica de sapatos” utilizada pelo TST em várias greves da Petrobrás passadas: 30% de trabalhadores para produzirem 30% da quantidade normal.

**ALIÁS, OS “30%” SÃO UM MITO, A LEI DE GREVE NÃO DEFINE PERCENTUAL ALGUM.**



**4.3.** Quanto à produtividade, já faz parte da cultura da categoria petroleira a manutenção das atividades mínimas das quais dependem a segurança das instalações e equipamentos, e a possibilidade de reinício da produção. Os Sindicatos deverão sempre dedicar atenção a este aspecto, principalmente para que eventuais “sabotagens” praticadas por elementos a soldo do patronato não possam ser imputadas aos trabalhadores.

## **5. ACORDO DE GREVE**

**5.1.** Uma refinaria, uma plataforma de petróleo, ou um terminal, demandam os mesmos 100% do efetivo operacional mínimo de segurança para manter de 0,01% a 100% de sua produção normal. Claro, uma vez interrompida a produção, com a realização de uma parada técnica e segura da atividade, este efetivo pode ser reduzido até que se pretenda a “partida”, ou retomada da produção.

**5.2.** Temos então uma equação jurídica com os seguintes componentes:

- a) O objetivo legal e legítimo da greve é o prejuízo à produção;
- b) Na atividade essencial este prejuízo deve ser compatibilizado com o atendimento das necessidades inadiáveis da população;
- c) Na indústria do petróleo uma produção reduzida demanda o mesmo número de trabalhadores operacionais que a produção plena.

**5.3.** Desde 1991, em autos processuais e fora dos mesmos, os petroleiros tentam demonstrar essa realidade ao Judiciário Trabalhista, na ocorrência de greve ou fora delas.

**5.4.** Em todas as greves empreendidas desde então os petroleiros propuseram à Petrobrás acordos de greve para garantir cotas de produção que atendessem às



(21) 2292-4469



contato@nrodrigues.adv.br

Macaé:  
Rua Ten. Rui Lopes  
Ribeiro, nº 173, Centro

Rio de Janeiro  
Av. Alm. Barroso,  
nº 22, 21º andar, Centro

Brasília:  
SAUS, Qd 4, Bloco A, Ed. Victoria  
Office Tower, 1011, Asa Sul

necessidades inadiáveis da população, em contrapartida garantindo 100% dos efetivos operacionais durante a greve.

## **ATENÇÃO!**

**As necessidades inadiáveis da população devem ser garantidas mediante negociação coletiva entre Sindicatos e Empresas.**

**5.5.** Essa discussão, na Indústria do Petróleo, se traduz em cotas de produção, e não em efetivo mínimo. Lembramos ainda que os trabalhadores não estão obrigados a compor nenhum efetivo, a não ser que venha a ser indicado pelo Sindicato.

**5.6. SEM QUE NADA SEJA NEGOCIADO PELO SINDICATO, NENHUM TRABALHADOR ESTÁ OBRIGADO A PRESTAR SERVIÇOS EM NENHUMA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO, SEJA DE PETRÓLEO, DE DERIVADOS, OU MESMO DE GÁS NATURAL.**

## **6. CONTRATO SUSPENSO – NENHUMA OBRIGAÇÃO EM OBEDECER**

**6.1.** A participação dos trabalhadores em um movimento não pode justificar nenhuma forma de punição pelo empregador (advertência, suspensão ou despedida por justa causa).

**6.2. A Greve não gera consequências para o trabalhador, porque o contrato de trabalho fica suspenso durante o movimento.** É o que determina o Artigo 7º da Lei de Greve (7.783/89). Isto independe da postura da empresa, e até da vigência ou não de um Acordo Coletivo.



(21) 2292-4469



contato@nrodrigues.adv.br

Macaé:  
Rua Ten. Rui Lopes  
Ribeiro, nº 173, Centro

Rio de Janeiro  
Av. Alm. Barroso,  
nº 22, 21º andar, Centro

Brasília:  
SAUS, Qd 4, Bloco A, Ed. Victoria  
Office Tower, 1011, Asa Sul

## 7. ABUSOS INDIVIDUAIS

**7.1.** Lembramos, porém, que atos individuais ilícitos praticados durante o movimento (agressões, destruição de equipamentos, e outros), poderão justificar, além da despedida, a responsabilização civil e penal de seus autores.

**7.2.** É que, do mesmo modo que ninguém pode ser punido por aderir a qualquer Greve, esta adesão não isenta de responsabilidades quem, dentro do movimento, cometa delitos.

**7.3.** Claro que, considerada a nossa prática sindical, esse aviso é até desnecessário, pois de há muito sabemos que quem comete delitos durante as greves da categoria petroleira são os gerentes da Petrobrás.

## 8. PERSEGUIÇÃO DE GREVISTAS

**8.1.** O Artigo 6º, Parágrafo 2º, da Lei de Greve, proíbe que as empresas adotem práticas “para constranger o empregado ao comparecimento ao trabalho”. Apesar de a mesma Lei não prever nenhuma sanção contra o empregador que não observar este princípio, o Código Penal o faz, em seu Artigo 197, Inciso I, como se lê:

Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça:

I - a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias:

**Pena** - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, e multa, além da pena correspondente à violência;

**8.2.** Isso acontece porque, na nossa legislação, a livre vontade para a prestação de serviços é elemento fundamental do contrato de trabalho. Sem essa vontade, o trabalho é escravo, e isto o nosso Direito não admite.



**8.3.** Como se sabe de outros carnavais, porém, a Petrobrás faz pouco caso da legislação, e faz de tudo para coagir os grevistas: de telefonemas ameaçadores para seus familiares, até a convocação com ameaça de justa causa por telegrama ou carta.

**8.4.** Todas essas atitudes são ilícitas, e devem ser registradas para a responsabilização de seus autores. Os telefonemas devem ser gravados, e as cartas e telegramas levados ao conhecimento do Sindicato.

**8.5.** Como forma eficaz de resposta a esses “apelos”, os companheiros podem adotar o modelo que segue em anexo à esta cartilha. Este documento, como qualquer outro documento individual dirigido à Petrobrás, deve ser impresso em duas vias, e protocolado com a chefia imediata, guardando-se a cópia como prova do recebimento.



(21) 2292-4469



contato@nrodrigues.adv.br

Macaé:  
Rua Ten. Rui Lopes  
Ribeiro, nº 173, Centro

Rio de Janeiro  
Av. Alm. Barroso,  
nº 22, 21º andar, Centro

Brasília:  
SAUS, Qd 4, Bloco A, Ed. Victoria  
Office Tower, 1011, Asa Sul

# ATOS ANTISSINDICAIS

## 1. OS COMPORTAMENTOS VEDADOS À EMPRESA

**1.1.** Useira de ilícitos, a Petrobrás tem sido crescentemente confrontada nos tribunais por seus abusos. Apesar de todo o preconceito contra petroleiros e grevistas, alguns sucessos são registrados.

**1.2.** A seguir, uma lista de comportamentos vedados à empresa, durante a greve:

- Ameaçar trabalhadores;
- Substituir trabalhadores por fura-greves (“equipes de contingência”);
- Cortar o acesso à Internet;
- Hackear as páginas da FUP e dos Sindicatos;
- Cortar comunicações telefônicas.

**1.3.** Qualquer atitude como uma dessas deverá ser documentada e, de preferência, indicado o gerente responsável, para a devida responsabilização criminal.

## 2. CUIDADOS PARA A EMPRESA NÃO FRAUDAR SABOTAGEM

**2.1.** Esperem o pior comportamento possível por parte dos gerentes.

**2.2.** Já vivenciamos imputação de falsas sabotagens a grevistas em diversos momentos. Por isso, todo o cuidado é pouco.

**2.3.** Orientações GERAIS, a partir das quais haverá o detalhamento pelo Sindicato, para cada movimento:



(21) 2292-4469



contato@nrodrigues.adv.br

Macaé:  
Rua Ten. Rui Lopes  
Ribeiro, nº 173, Centro

Rio de Janeiro  
Av. Alm. Barroso,  
nº 22, 21º andar, Centro

Brasília:  
SAUS, Qd 4, Bloco A, Ed. Victoria  
Office Tower, 1011, Asa Sul

- Os petroleiros são os responsáveis pela segurança das instalações e equipamentos, incluídos os poços;
- A parada de produção deve ser realizada estritamente dentro da técnica, com todos os cuidados necessários;
- Se os fura-greves colocados a bordo ("Equipe de contingência") não tiver conhecimento necessário da unidade, especificamente, **a mesma não lhe pode ser entregue com a instalação operando! Isso é de vital importância** porque, em eventual problema de produção posterior, a Empresa atribuirá a culpa aos grevistas, e não aos fura-greves;
- Em qualquer hipótese de entrega da unidade a fura-greves, deve ser observado o procedimento constante no anexo desta cartilha.

**2.4.** Por último, anexamos o Artigo 9º da Constituição da República e a Lei de Greve, para que os companheiros tenham acesso direto a seu conteúdo e segue abaixo os contatos de Whatsapp para qualquer dúvida ou solicitação:

**Normando Rodrigues**

(21) 99230-4202

normando@nrodrigues.adv.br



**Carlos Eduardo Pimenta**

(22) 99754-9182

carlos@nrodrigues.adv.br



# ANEXOS

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

**Art. 9º** É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

**§ 1º** A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

**§ 2º** Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

## LEI 7.783/89

**Art. 1º** É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

**Parágrafo único.** O direito de greve será exercido na forma estabelecida nesta Lei.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, considera-se legítimo exercício do direito de greve a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador.

**Art. 3º** Frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recursos via arbitral, é facultada a cessação coletiva do trabalho.

**Parágrafo único.** A entidade patronal correspondente ou os empregadores diretamente interessados serão notificados, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, da paralisação.



(21) 2292-4469



contato@nrodrigues.adv.br

Macaé:  
Rua Ten. Rui Lopes  
Ribeiro, nº 173, Centro

Rio de Janeiro  
Av. Alm. Barroso,  
nº 22, 21º andar, Centro

Brasília:  
SAUS, Qd 4, Bloco A, Ed. Victoria  
Office Tower, 1011, Asa Sul

**Art. 4º** Caberá à entidade sindical correspondente convocar, na forma do seu estatuto, assembleia geral que definirá as reivindicações da categoria e deliberará sobre a paralisação coletiva da prestação de serviços.

**§ 1º** O estatuto da entidade sindical deverá prever as formalidades de convocação e o quórum para a deliberação, tanto da deflagração quanto da cessação da greve.

**§ 2º** Na falta de entidade sindical, a assembleia geral dos trabalhadores interessados deliberará para os fins previstos no caput, constituindo comissão de negociação.

**Art. 5º** A entidade sindical ou comissão especialmente eleita representará os interesses dos trabalhadores nas negociações ou na Justiça do Trabalho.

**Art. 6º** São assegurados aos grevistas, dentre outros direitos:

I - o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os trabalhadores a aderirem à greve;

II - a arrecadação de fundos e a livre divulgação do movimento.

**§ 1º** Em nenhuma hipótese, os meios adotados por empregados e empregadores poderão violar ou constranger os direitos e garantias fundamentais de outrem.

**§ 2º** É vedado às empresas adotar meios para constranger o empregado ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento.

**§ 3º** As manifestações e atos de persuasão utilizados pelos grevistas não poderão impedir o acesso ao trabalho nem causar ameaça ou dano à propriedade ou pessoa.

**Art. 7º** Observadas as condições previstas nesta Lei, a participação em greve suspende o contrato de trabalho, devendo as relações obrigacionais, durante o



período, ser regidas pelo acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho.

**Parágrafo único.** É vedada a rescisão de contrato de trabalho durante a greve, bem como a contratação de trabalhadores substitutos, exceto na ocorrência das hipóteses previstas nos arts. 9º e 14.

**Art. 8º** A Justiça do Trabalho, por iniciativa de qualquer das partes ou do Ministério Público do Trabalho, decidirá sobre a procedência, total ou parcial, ou improcedência das reivindicações, cumprindo ao Tribunal publicar, de imediato, o competente acórdão.

**Art. 9º** Durante a greve, o sindicato ou a comissão de negociação, mediante acordo com a entidade patronal ou diretamente com o empregador, manterá em atividade equipes de empregados com o propósito de assegurar os serviços cuja paralisação resultem em prejuízo irreparável, pela deterioração irreversível de bens, máquinas e equipamentos, bem como a manutenção daqueles essenciais à retomada das atividades da empresa quando da cessação do movimento.

**Parágrafo único.** Não havendo acordo, é assegurado ao empregador, enquanto perdurar a greve, o direito de contratar diretamente os serviços necessários a que se refere este artigo.

**Art. 10** São considerados serviços ou atividades essenciais:

- I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;
- II - assistência médica e hospitalar;
- III - distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos;
- IV - funerários;
- V - transporte coletivo;
- VI - captação e tratamento de esgoto e lixo;
- VII - telecomunicações;



(21) 2292-4469



contato@nrodrigues.adv.br

Macaé:  
Rua Ten. Rui Lopes  
Ribeiro, nº 173, Centro

Rio de Janeiro  
Av. Alm. Barroso,  
nº 22, 21º andar, Centro

Brasília:  
SAUS, Qd 4, Bloco A, Ed. Victoria  
Office Tower, 1011, Asa Sul

**VIII** - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares;

**IX** - processamento de dados ligados a serviços essenciais;

**X** - controle de tráfego aéreo;

**XI** - compensação bancária.

**Art. 11.** Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

**Parágrafo único.** São necessidades inadiáveis, da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

**Art. 12.** No caso de inobservância do disposto no artigo anterior, o Poder Público assegurará a prestação dos serviços indispensáveis.

**Art. 13** Na greve, em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da paralisação.

**Art. 14** Constitui abuso do direito de greve a inobservância das normas contidas na presente Lei, bem como a manutenção da paralisação após a celebração de acordo, convenção ou decisão da Justiça do Trabalho.

**Parágrafo único.** Na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa não constitui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que:

**I** - tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula ou condição;

**II** - seja motivada pela superveniência de fatos novo ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho.



(21) 2292-4469



contato@nrodrigues.adv.br

Macaé:  
Rua Ten. Rui Lopes  
Ribeiro, nº 173, Centro

Rio de Janeiro  
Av. Alm. Barroso,  
nº 22, 21º andar, Centro

Brasília:  
SAUS, Qd 4, Bloco A, Ed. Victoria  
Office Tower, 1011, Asa Sul

**Art. 15** A responsabilidade pelos atos praticados, ilícitos ou crimes cometidos, no curso da greve, será apurada, conforme o caso, segundo a legislação trabalhista, civil ou penal.

**Parágrafo único.** Deverá o Ministério Público, de ofício, requisitar a abertura do competente inquérito e oferecer denúncia quando houver indício da prática de delito.

**Art. 16.** Para os fins previstos no art. 37, inciso VII, da Constituição, lei complementar definirá os termos e os limites em que o direito de greve poderá ser exercido.

**Art. 17.** Fica vedada a paralisação das atividades, por iniciativa do empregador, com o objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento de reivindicações dos respectivos empregados (lockout).

**Parágrafo único.** A prática referida no caput assegura aos trabalhadores o direito à percepção dos salários durante o período de paralisação.

**Art. 18.** Ficam revogados a Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964, o Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978, e demais disposições em contrário.

**Art. 19** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



(21) 2292-4469



contato@nrodrigues.adv.br

Macaé:  
Rua Ten. Rui Lopes  
Ribeiro, nº 173, Centro

Rio de Janeiro  
Av. Alm. Barroso,  
nº 22, 21º andar, Centro

Brasília:  
SAUS, Qd 4, Bloco A, Ed. Victoria  
Office Tower, 1011, Asa Sul

## RESPOSTA A CONVOCAÇÃO DA PETROBRÁS

Em resposta à convocação que me foi endereçada, **datada de ....., e assinada por ... (nome e cargo)...**, venho informar à Petrobrás o seguinte:

**1** – Como aderi à Greve deliberada para ... de .... de 2025, e informada a esta empresa no prazo legal, meu contrato de trabalho estará suspenso no referido período;

**2** – Desta forma, também estão suspensas minhas obrigações contratuais, pelo que devo desconsiderar a convocação a mim dirigida, aproveitando para registrar que a mesma constitui ato ilícito, na forma do Artigo 6º da Lei 7.783/89 (Lei de Greve);

**3** – Informo ainda que as obrigações previstas nos Artigos 9º, 10 e 11 da mesma Lei são tanto da Empresa como do Sindicato, e não de minha pessoa, individualmente; Nesse sentido, recomendo a Vossas Senhorias que se dirijam a quem de direito, tendo em vista que a FUP e os Sindicatos encaminharam proposta de regulamentação da Greve, a qual, até o presente momento, ainda não foi devidamente apreciada pela Empresa.

Por último, sugerimos que Vossas Senhorias concentrem esforços na superação do impasse negocial que resultou no movimento paredista em questão.

Respeitosamente

**...(Local e data)...**

Assinatura, nome legível e matrícula



(21) 2292-4469



contato@nrodrigues.adv.br

Macaé:  
Rua Ten. Rui Lopes  
Ribeiro, nº 173, Centro

Rio de Janeiro  
Av. Alm. Barroso,  
nº 22, 21º andar, Centro

Brasília:  
SAUS, Qd 4, Bloco A, Ed. Victoria  
Office Tower, 1011, Asa Sul

Os trabalhadores em greve na **(identificar a unidade)**, apresentam a sua chefia imediata o seguinte

#### TERMO DE RESPONSABILIDADE PELA INTEGRALIDADE DAS INSTALAÇÕES

Pelo presente os trabalhadores abaixo assinados fazem a entrega da unidade .....ao preposto da estatal Petróleo Brasileiro S/A (alterar para Transpetro, quando for o caso), .....(nome e CPF)....., na data de ....., às ..... horas, fazendo-se notar o seguinte:

1 – Os trabalhadores guardavam seus postos de trabalho, em atendimento ao previsto no Artigo 9º da Lei de Greve, de forma a garantir a integridade das instalações;

2 – Desde o início da Greve, **no dia .....**, foram observados os seguintes fatos (listar sucintamente quaisquer acidentes, incidentes, ocorrências anormais, ou mesmo tentativas de coação por parte das chefias):

**(LISTA)**

3 – Apesar da Empresa, porém, o movimento decorreu em normalidade e segurança, estando as instalações, no momento presente, no seguinte estado **(descrever sucinta mas detidamente o status da unidade, se possível anexando documentos da empresa)**:

**(LISTA)**

4 – Por fim, registramos que, dada à inexistência do acordo coletivo previsto pela Lei de Greve, não nos encontramos sob subordinação jurídica da empresa (ou de seu preposto) até o final do movimento.

data, hora, assinatura de todos os presentes.



(21) 2292-4469



contato@nrodrigues.adv.br

Macaé:  
Rua Ten. Rui Lopes  
Ribeiro, nº 173, Centro

Rio de Janeiro  
Av. Alm. Barroso,  
nº 22, 21º andar, Centro

Brasília:  
SAUS, Qd 4, Bloco A, Ed. Victoria  
Office Tower, 1011, Asa Sul



## RESUMO

### 1. Direito de greve

➤ O direito de greve é um direito humano fundamental e essencial para a liberdade sindical e a negociação coletiva eficaz.

➤ A greve é reconhecida juridicamente como um direito, e o prejuízo que ela causa ao empregador é considerado legítimo e natural.

➤ Existem limites jurídicos para o movimento grevista, que são divididos em limites externos e internos.

### 2. Limites da greve

➤ Os limites externos da greve são aqueles que confrontam o direito de greve com outros direitos constitucionalmente protegidos.

➤ A greve não pode ser excluída por outros direitos fundamentais, e os direitos em conflito devem ser ponderados e relativizados.

➤ Não há regra pré-estabelecida que garanta o direito de livre trânsito em prejuízo do direito de greve; cada caso deve ser analisado separadamente.

➤ Acordo de Greve

➤ O objetivo legal da greve é causar prejuízo à produção, mas na atividade essencial, esse prejuízo deve ser compatibilizado com as necessidades inadiáveis da população.

➤ Na indústria do petróleo, uma produção reduzida demanda o mesmo número de trabalhadores operacionais que a produção plena.

➤ As necessidades inadiáveis da população devem ser garantidas mediante negociação coletiva entre sindicatos e empresas.

### 3. Contrato suspenso

➤ Durante a greve, o contrato de trabalho dos trabalhadores fica suspenso, e eles não podem ser punidos por participar do movimento.

➤ Atos individuais ilícitos durante a greve podem justificar a responsabilização civil e penal dos autores.

### 4. Perseguição de grevistas

➤ A legislação proíbe que as empresas adotem práticas para constranger os empregados a comparecer ao trabalho durante a greve.

➤ Atitudes ilícitas por parte da empresa devem ser registradas para responsabilização dos autores.

### 5. Atos antissindiciais

➤ A empresa não pode ameaçar trabalhadores, substituir por fura-greves, cortar acesso à internet ou comunicações telefônicas durante a greve.

➤ Qualquer atitude ilícita deve ser documentada para responsabilização criminal.

### 6. Cuidados para evitar fraudes

➤ Os petroleiros são responsáveis pela segurança das instalações e devem seguir procedimentos técnicos rigorosos para evitar que a empresa atribua sabotagens aos grevistas.



(21) 2292-4469



contato@nrodrigues.adv.br

Macaé:  
Rua Ten. Rui Lopes  
Ribeiro, nº 173, Centro

Rio de Janeiro  
Av. Alm. Barroso,  
nº 22, 21º andar, Centro

Brasília:  
SAUS, Qd 4, Bloco A, Ed. Victoria  
Office Tower, 1011, Asa Sul